

O Congresso reabre.

Apesar dos muitos projetos a examinar, alguns polêmicos, a Câmara e o

Sexta-feira, 1-8-86 — O ESTADO DE S. PAULO

TICA

Mas continua lento.

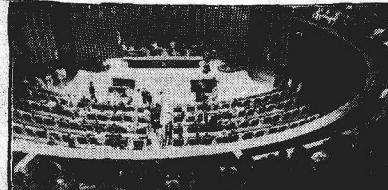
Senado reabrem com previsão de poucas votações. Motivo: o ano eleitoral.

A Câmara dos Deputados reina-
cia hoje suas atividades, depois do
recesso de julho, mas somente a
partir de segunda-feira é que est-
ará em exame a pauta da ordem do
dia, constituída de 158 proposições
e encabeçada por duas que têm
causado polêmicas: a que visa for-
talecer a indústria químico-farma-
ceutica nacional (inclusive a de
química fina) e a que estabelece
"normas de proteção" em favor da
empresa nacional produtora de
bens de capital e de serviços de
engenharia.

A primeira é de autoria do Po-
der Executivo, ainda do tempo do
governo Figueiredo. Chegou à Cá-
mara em março de 1985 e está com
pareceres favoráveis das Comis-
sões de Constituição e Justiça, de
Saúde, e de Economia, Indústria e
Comércio. Os relatores das últimas
duas, Lúcio Alcântara (PFL-CE) e
Virgildálio de Senna (PMDB-BA),
apresentaram emendas com o ob-
jetivo de aperfeiçoá-la. Entre as se-
te emendas sugeridas por Lúcio
Alcântara está uma que permite a
extensão dos incentivos às indús-
trias estrangeiras já instaladas no
Brasil.

A segunda é de autoria do se-
nador Passos Porto (PMDB-SE).
Aprovada pelo Senado, encontra-
se na Câmara desde 1981. Nos úl-
timos dias de junho deste ano, foi
inclusa na pauta da ordem do dia,
em regime de urgência, e chegou a
ser aprovada pelo voto simbólico
das lideranças partidárias. Mas de-
pois se verificou que havia ficado
por votar um requerimento de au-
diência de mais uma comissão e
mais uma emenda, com o que a ma-
téria terá de ser novamente subme-
tida a votos.

As outras proposições mais im-
portantes encaminhadas à Casa pe-
lo Poder Executivo, entre as quais
a que estabelece medidas contra a
violência e a que modifica a legis-
lação sobre o direito de greve, ain-



Congresso volta ao trabalho. Volta?

da não constam da pauta da ordem
do dia.

Para hoje a previsão é de ses-
são muito fraca. As sextas-feiras, a
Câmara se reúne somente de ma-
nhã e as sessões se destinam ape-
nas a discursos. Não há apresenta-
ção de proposições nem exame da
ordem do dia. Mesmo em períodos
normais, a freqüência é baixa. E
mais baixa ainda será hoje, primei-
ro dia de atividade depois do re-
cesso e início de um semestre par-
lamentar em que quase todos os
deputados estarão a maior parte
do tempo em seus Estados, empe-
nhados na campanha para a reelei-
ção. Será um semestre vazio na Cá-
mara. Dificilmente se conseguirá
número para votações, mesmo du-
rante eventuais "esforços concen-
trados". Praticamente nenhuma
matéria poderá ser votada a não
ser por acordo de lideranças,
quando então os líderes poderão
ser mais condescendentes com as
listas de presença, não as subme-
tendo à prova das chamadas nomi-
nais.

A partir de segunda-feira é que
se espera maior repercussão, na
Câmara, das recentes medidas eco-
nômicas adotadas pelo governo. O
líder do PDS, Amaral Neto (RJ), já
anunciou que está preparando dis-
curso de crítica ao empréstimo
compulsório. Vai apresentar, em
plenário, uma coletânea de opiniões
que, no passado, vários pe-
medebistas tinham a respeito de
medida semelhante.

Senado

Na primeira sessão ordinária

que o Senado realiza hoje, na rea-
bertura dos trabalhos legislativos,
poderá ser formalizado projeto de
lei da liderança peemedebista, que
pretende ampliar o número de
candidaturas, para as eleições de
15 de novembro para o dobro do
número de vagas na Câmara e nas
Assembleias Legislativas, atual-
mente fixadas em uma vez e meia,
de acordo com instrução da Justiça
Eleitoral.

A sessão, que será a última da
atual legislatura, está prevista pa-
ra as 14h30, mas dificilmente terá
quórum suficiente para sustentar
os trabalhos até o final da tarde,
nem para votações. O semestre le-
gislativo, de fato, terá início na
próxima segunda-feira, e, segundo
espera o líder Alfredo Campos
(PMDB-MG), o projeto eleitoral, al-
terando o número de vagas, deverá
ser votado até terça ou quarta-
feira, para, em seguida, ser subme-
tido à Câmara dos Deputados.

Ainda em agosto, conforme ca-
lendário já acertado entre as lide-
ranças partidárias, o Senado deve-
rá realizar um período de "esforço
concentrado", destinado a vota-
ções, entre os dias 12 e 14.

PDS

Se depender da bancada do
PDS na Câmara, o projeto alteran-
do o número de candidatos a deputados
não passa. O líder do partido,
Amaral Neto, anuciou que o parti-
do já fechou a questão contra o
projeto. Amaral estava irritado
com declarações do presidente do
PMDB e da Câmara, Ulysses Gui-
marães, de que o PDS é um "parti-
do-fantasma". E desabafou:

"Não admito nada, não dou na-
da. O PDS respeitará a decisão do
TSE e não fará nada para mudar
sua decisão. Deste gabinete — que
é fantasma — não sai nada. O fan-
tasma do PDS vai chateá-lo (a Ulys-
ses) muito", concluiu, prometendo
entrar com ação popular contra a
ampliação do plenário.